

# PROTOCOLOS PARA INCORPORAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DE NOVOS ITENS A COLEÇÃO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU GAMA D'EÇA

Lucas Dias Rembold<sup>1</sup>  
Bernardo Duque de Paula<sup>2</sup>

## RESUMO

O Museu Gama d'Eça, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), possui um acervo bastante variado, composto por diferentes coleções formadas a partir de 1913. Dentre elas, está a coleção de numismática, uma das maiores em termos quantitativos e que recebe novos itens constantemente. Somente no último ano foram recebidas 92 moedas e cédulas por meio de doações. Visando uma gestão eficaz do acervo, o presente artigo trabalha com a elaboração de protocolos para novos itens a serem incorporados à coleção de numismática, desde a formalização da doação até o acondicionamento, passando pelos procedimentos de conservação e documentação. É destacado ainda a importância da pesquisa e de uma equipe interdisciplinar em cada uma dessas etapas, visando garantir que os objetos sejam devidamente musealizados.

## INTRODUÇÃO

Estudos no campo da Museologia apontam para a importância do processo de musealização para que os objetos consigam ser preservados, pesquisados e comunicados da forma adequada. Segundo Desvallées e Mairesse (2013, p. 57-58),

“[...] a musealização, como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.)”

Quando há, portanto, uma falha em algum procedimento que envolve esse processo, as demais etapas costumam ser prejudicadas. Por exemplo, quando a documentação dos acervos não é feita, o objeto pode ser exposto sem as informações necessárias, por não terem sido registradas em sua ficha catalográfica.

Para melhor entender a importância dessas etapas e os cuidados que os museus têm ou deveriam ter com seus acervos, cabe aqui destacar ainda o sentido simbólico da musealização, na qual o objeto perde o seu sentido original e novos outros lhes são atribuídos, conforme destacado por Desvallées e Mairesse (2013, p. 57-58):

---

<sup>1</sup> Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup> Bacharel em Museologia (UNIRIO) e Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM), Diretor do Museu Gama d'Eça/UFSM.

“A musealização começa com uma etapa de separação (Malraux, 1951) ou de suspensão (Déotte, 1986): os objetos ou as coisas (objetos autênticos) são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam. Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade. Essa remoção (Desvallées, 1998) da realidade já constitui em si uma primeira forma de substituição. Um objeto separado do contexto do qual foi retirado não é nada além de um substituto dessa realidade que ele deve testemunhar.”

Bruno Brulon (2018, p. 190) destaca que “musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade”

Tendo em vista a importância da musealização e das etapas que compõem esse processo, desde a seleção ou aquisição até a comunicação do objeto, neste artigo serão elaborados protocolos no que diz respeito à incorporação de itens a coleção de numismática do Museu, visando garantir que a aquisição, bem como a pesquisa, catalogação e conservação ocorram da forma adequada, para, a partir daí, os objetos estarem em condições de serem comunicados, seja por meio de exposições, divulgação virtual, publicações ou ações educativas.

## **A COLEÇÃO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU GAMA D’EÇA**

A coleção de numismática do Museu Gama d’Eça começa a ser formada em 1913, com as primeiras doações sendo feitas ao Museu Victor Bersani, que na década de 1980 se funde com o Museu Educativo Gama d’Eça e seu acervo passa para a tutela da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Estima-se que esta coleção englobe mais de duas mil cédulas e moedas de origem nacional e internacional de diferentes períodos históricos, desde a antiguidade, com destaque para as moedas da República Romana e Império Romano, além do Império Bizantino, passando pelo período do renascimento, com uma moeda da República de Veneza, e do início da colonização do Brasil, com moedas ainda do século XVII, até uma vasta coleção dos séculos XIX, XX e XXI. Quanto à estimativa de itens, não se tem um número preciso porque o inventário do acervo, que teve início no ano de 2023, ainda está em andamento.

Entretanto, algumas informações sobre as moedas do Museu foram perdidas devido a não numeração e catalogação das mesmas, fazendo com que se torne impossível associar os objetos às informações sobre o mesmo (quem doou, quando doou, histórico da peça, etc.). Essa impossibilidade de relacionar as peças com suas informações é conhecida como dissociação, que consiste na “perda de objetos ou de dados relacionados a objetos ou na capacidade de recuperar ou associar objetos e dados.” (CATO; WALLER, 2019, tradução nossa) e figura como um agente de risco/deterioração aos acervos nos Museus, de acordo com o Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (2016), elaborado pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e pelo Canadian Conservation Institute (CCI) e com a Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro (2013), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

É visando, justamente, evitar que ocorra perda de informações intrínsecas<sup>3</sup> e extrínsecas<sup>4</sup> aos objetos, que os protocolos de incorporação foram pensados para o Museu Gama d’Eça, levando em conta que a coleção de numismática é uma das mais volumosas e que recebe mais doações. Somente no ano de 2023, 92 itens foram incorporados a essa coleção. Os protocolos foram elaborados com base nas etapas do processo de musealização, desde a formalização da doação até o acondicionamento. Somente as ações referentes à comunicação dos objetos não são abordadas neste momento.

Os procedimentos a serem realizados em cada uma dessas etapas são detalhados nos próximos tópicos deste artigo, buscando identificar os cuidados a serem tomados em cada uma delas, bem como as soluções encontradas pela equipe do Museu levando em conta referências nacionais e internacionais sobre aquisição de acervos, documentação museológica e conservação; as características do acervo de numismática do Museu e; os materiais e recursos disponíveis, destacando ainda o papel da pesquisa, que envolve todas as etapas do processo de musealização, mas especialmente, o momento da catalogação, onde serão levantadas as informações sobre a história do objeto.

## AQUISIÇÃO

Assim como em muitos museus, a incorporação de objetos ao acervo do Museu Gama d’Eça ocorre, basicamente, por meio de doações, existindo uma série de critérios a serem

---

<sup>3</sup> Ver Ferrez (1991, p.1).

<sup>4</sup> Ver Mensch (1987, apud FERREZ, 1991, p.1).

levados em conta antes mesmo da concretização da doação, que constam na Política de Aquisição e Descarte da instituição, são eles:

- I. Adequação do objeto à missão e objetivos do Museu;
- II. Estado de conservação, bem como as condições da instituição para a realização de possíveis restauros, caso sejam necessários;
- III. Capacidade de armazenamento em reserva técnica;
- IV. Procedência do bem, de forma a verificar possíveis ilegalidades na aquisição por parte dos proprietários anteriores;
- V. Valor cultural, histórico, artístico ou científico;
- VI. Relação com as coleções já existentes no Museu;
- VII. O potencial do objeto no que diz respeito à sua pesquisa e exposição;
- VIII. A necessidade de transporte do objeto até o Museu, bem como os possíveis custos envolvidos nesta operação;
- IX. Possíveis riscos de contaminação de outras peças do acervo;
- X. Os cuidados necessários para a segurança do objeto, no caso de itens com alto valor financeiro;
- XI. Eventuais prejuízos com o deslocamento do objeto até o Museu;
- XII. A existência de instituição regional que também reivindique a guarda do objeto e que consiga garantir as condições adequadas de segurança e conservação.

Somente após a análise desses pontos que o Museu deverá ou não concordar em receber determinada doação, realizada por meio do preenchimento de um Termo de Doação, no qual consta os seguintes campos:

- I. As condições estabelecidas para a doação;
- II. Uma breve descrição do objeto;
- III. Um breve histórico do objeto, relatando a forma como foram adquiridos pelo doador;
- IV. A identificação do doador (nome completo, dados para contato, CPF e endereço);
- V. O estado de conservação do objeto.

O campo destinado ao histórico da peça tem por objetivo justamente registrar a sua trajetória. Neste campo, informações sobre como foi adquirido e proprietários anteriores são

solicitadas ao doador, visando identificar algum impedimento legal ou descumprimento com a legislação vigente. Segundo o Código de ética do International Council of Museums (ICOM),

“Antes da aquisição de um objeto ou de um espécime oferecido para compra, em doação, em empréstimo, em legado ou em permuta, todos os esforços devem ser feitos para assegurar que o exemplar não tenha sido adquirido ilegalmente em seu país de origem ou dele exportado ilicitamente, ou de um país de trânsito onde ele poderia ter um título válido de propriedade (incluindo o próprio país do museu). Neste caso, há uma obrigação imperativa de diligência para estabelecer o histórico completo do item em questão, desde sua descoberta ou criação.” (ICOM, 2009, p.12)

No caso de moedas, são comumente encontradas em sítios arqueológicos históricos e, nesse sentido, é importante considerar se as mesmas não foram adquiridas por meio de vandalização dos mesmos. Nesses casos, o Museu não deve aceitar os objetos. O Código de Ética do ICOM é bastante específico nesse sentido, destacando que:

“Um museu não deve adquirir um objeto quando existam indícios de que a sua obtenção envolveu dano ou destruição não autorizada, não científica ou intencional de monumentos, sítios arqueológicos, geológicos, espécimes ou ambientes naturais.” (ICOM, 2009, p.13)

O Código de ética alerta ainda para a questão do título válido de propriedade, mas não chega a mencionar quais seriam, especificamente, os documentos que comprovem o pertencimento do objeto ao doador. Levando em conta que dificilmente as moedas e cédulas seriam compradas mediante nota fiscal ou outro documento, esse se mostra como um pré-requisito difícil de ser cumprido nos Museus quanto a coleções de numismática.

Entretanto, com o registro a história das cédulas e moedas e os dados do doador, conforme consta no Termo de Doação, e levando em conta que o mesmo não possui intenção de obter lucro, pois está fazendo uma doação, acredita-se que o Museu esteja respaldado quanto às questões éticas e legais.

Por fim, cabe destacar que há muitos casos de pessoas querendo vender moedas e cédulas ou mesmo, que a equipe do Museu realize uma avaliação da mesma. Conforme já destacado, o Museu Gama d'Eça não tem a prática de comprar objetos e, caso isso venha a ser realizado, deve estar de acordo com a legislação nacional e que rege a aquisição de objetos por órgão públicos, devido a sua vinculação à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A instituição não realiza também avaliação de bens culturais e, por questões éticas, deve-se

manter afastada do mercado de colecionadores, devido a possíveis conflitos de interesse. Nesse sentido,

“Quando os museus prestam serviços de identificação, não devem proceder de maneira que possam ser acusados de tirar proveito, direta ou indiretamente, desta atividade. A identificação e autenticação de objetos suspeitos de terem sido ilegalmente adquiridos, transferidos, importados ou exportados, não devem ser divulgadas antes que as autoridades competentes sejam notificadas.” (ICOM, 2009, p.21)

Levando em conta que existem muitos colecionadores de numismática e esses objetos são constantemente comercializados, inclusive, em leilões e sites na internet, os cuidados éticos devem ser redobrados nos Museus quando se trabalha com esse tipo de coleção.

## **HIGIENIZAÇÃO**

Neste tópico é trabalhada a higienização, ou limpeza, dos itens doados ao museu para compor a coleção de numismática, com foco nas moedas, destacando que “nos museus, a causa mais comum de deterioração de acabamentos originais em superfícies de objetos metálicos é a limpeza e polimentos entusiásticos e impróprios.” (GRANATO, et al., 2015, p.4).

É preciso, portanto, ter cuidado com os métodos utilizados no que diz respeito à limpeza de moedas em museus, levando em conta a sua composição e seu estado de conservação.

Existem diferentes formas de limpeza, sejam elas mecânicas (físicas) ou com o uso de produtos químicos. Dentre as referências utilizadas pelo Museu Gama d’Eça está o procedimento de conservação de moedas do Banco Central (2005), no qual:

“A limpeza da moeda é feita através de fricção da peça em flanela de algodão com uma pequena quantidade (uma pitada) de carbonato de cálcio – um produto neutro, em pó, com uma granulação muito fina para não arranhar a peça (aproximadamente a mesma granulação do talco de toalete). O carbonato de cálcio pode ser usado em qualquer metal.”

Foram feitos testes em moedas do acervo do Museu Gama d’Eça, de cobre e prata, do período imperial brasileiro, e o resultado foi positivo, conforme pode ser percebido nas figuras abaixo, onde nota-se o antes e depois de uma das peças após a realização da limpeza.





Figura 1: Moeda de cobre de 40 réis. Império do Brasil, antes da limpeza.



Figura 2: Moeda de cobre de 40 réis. Império do Brasil, depois da limpeza.

Pode-se notar no caso da moeda de 40 réis a remoção de manchas causadas pela oxidação do cobre (pátina), que se apresentava de forma heterogênea e atrapalhava a fruição por parte do visitante, já que esta moeda estava em exposição na Sala da Numismática. Cabe destacar, entretanto, que em muitos casos é recomendado que a pátina seja mantida, pois pode gerar uma camada protetora para o objeto.

“No caso dos objetos culturais metálicos, que normalmente estão sujeitos a esse processo de destruição [corrosão], esses compostos, os produtos de corrosão, quando insolúveis e aderentes à superfície do metal, são denominados de pátina e podem caracterizar uma camada protetora e mesmo embelezadora do objeto. Nesse caso, a camada deve ser mantida e, em algumas situações, pode ser sinteticamente produzida (LAGO et al., 2005), de forma a reconstituir o efeito protetor e auxiliar na recomposição da camada original da pátina.” (GRANATO, et al., 2015, p.4)

Portanto, a avaliação sobre a necessidade de limpeza das moedas doadas ao Museu é feita de forma específica para cada item, sendo que em muitos casos não se mostra necessária.

Além da moeda de cobre, o método se mostrou efetivo também para a limpeza de moedas de prata, conforme Figuras 3 e 4.



Figura 3: Processo de limpeza de moeda de prata de 1.000 réis de 1888.



Figura 4: Resultado parcial do processo de limpeza de moeda de prata de 1.000 réis de 1888.

Nota-se na Figura 4 a diferença entre o lado esquerdo (antes) e o direito (depois). Esta moeda também estava em exposição e, por isso, passou pelo processo de limpeza, que a deixou em melhores condições de ser apresentada ao público do Museu.

Após essa etapa, as moedas foram higienizadas com detergente neutro (detertec), visando remover resíduos do carbonato de cálcio e, posteriormente, submersas em acetona PA, que é extremamente volátil, evaporando rapidamente e evitando o acúmulo de umidade na peça, que é um dos principais fatores de deterioração de coleções metálicas. Os procedimentos acima mencionados têm como base o protocolo de conservação utilizado pelo Banco Central (2005).

Outro procedimento testado no Museu para moedas de cobre e bronze foi a limpeza com borracha vinílica, um método não abrasivo utilizado em museus, mas que não se encontrou referências de conservação preventiva indicando o mesmo, por isso foi preferida a limpeza com carbonato de cálcio.

Diversos métodos de limpeza para moedas de bronze foram testados por Cordeiro (2020), são eles:

**Tabela 1:** Métodos de limpeza para moedas de bronze.

Tipo de Limpeza	Solução	Recomendação
Mecânica	Alcoólica	Recomendado



Química	EDTA	Recomendado
	Ácido acético	Recomendado
	Ácido cítrico	Não recomendado
	Detergente neutro	Efeito questionável
Ultrassons	H <sup>2</sup> O	Efeito questionável
	Ácido acético	Não recomendado
	EDTA	Efeito questionável
	Peróxido de hidrogênio	Efeito questionável
CO <sup>2</sup> supercrítico	Sem co-solvente	Não recomendado
	Ácido acético	Não recomendado
	EDTA	Não recomendado

Fonte: Cordeiro (2020).

Nota-se que a autora divide tais métodos entre os recomendados, efeito questionável e não recomendados. O detalhamento desses métodos, bem como fotografias antes e depois da sua realização podem ser consultados ao longo da dissertação (CORDEIRO, 2020). Entretanto, é recomendável que tais procedimentos sejam realizados por profissionais qualificados e com experiência na área da conservação.

Quanto às cédulas, são adotados dois métodos de limpeza. O primeiro deles é a retirada de sujidades por meio de trinchas (Figura 5). Já o segundo consiste na limpeza com pó de borracha através do uso de uma boneca de TNT (Figura 6).

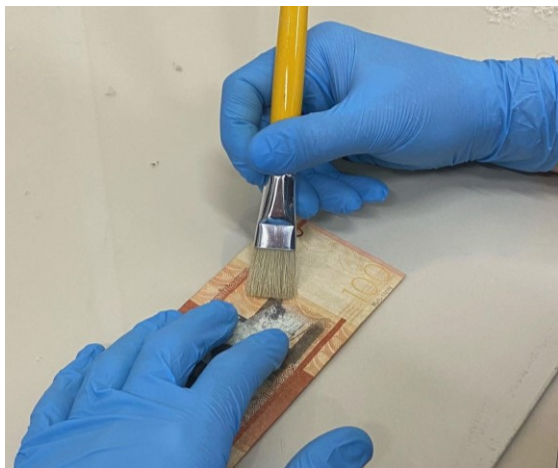


Figura 5: Processo de limpeza de cédula utilizando trincha



Figura 6: Processo de limpeza de cédula utilizando o pó de borracha e boneca de TNT

Normalmente, se faz a limpeza com trincha e, somente em alguns casos, é utilizado o pó de borracha, dependendo do estado de conservação da cédula. Entretanto, é preciso ter bastante cuidado ao lidar com esse tipo de material, bastante sensível sob o ponto de vista da conservação preventiva. Segundo Teixeira e Ghizoni (2012, p.40), os fatores de deterioração que atingem os objetos em suporte de papel podem ter causas intrínsecas ou extrínsecas.

“A causa intrínseca está relacionada à produção do papel, como os resíduos na composição da pasta química, com a lignina e cargas, na colagem com alúmen (resina), os ácidos que reagem e destroem aos poucos as cadeias moleculares da celulose, rompendo-as, tornando o papel quebradiço, mesmo com uma simples dobra; A causa extrínseca é formada por fatores que representam o meio ambiente, assim como: umidade relativa, temperatura, radiações luminosas, poeira, poluição atmosférica, insetos e roedores, microrganismos, tintas de escrever, manuseio e acondicionamento inadequado, vandalismo, catástrofes (enchentes e incêndios).”

Não cabe aqui aprofundar nos fatores de deterioração dos acervos em papel, somente destacar que parte deles podem ser reduzidos com o acondicionamento correto das cédulas, conforme é explorado mais a frente neste artigo, onde são descritos os métodos de acondicionamento adotados no Museu Gama d'Eça.

## INVENTÁRIO E CATALOGAÇÃO

Após a doação oficializada, os itens numismáticos passam a oficialmente fazer parte do acervo do museu. Para que haja a organização do museu e o conhecimento sobre todas as peças, é iniciado o processo de inventário e catalogação.

Crucial para o processo de inventário é a criação de um número de registro para a peça, no caso do Museu Gama d'Eça o mesmo é composto pela sigla “MGD” (Museu Gama d'Eça) e o número individual para cada objeto, usando um exemplo, o primeiro item da coleção possui o número de registro “MGD-00001”.

A numeração é fundamental para relacionar o objeto com a sua documentação, principalmente para grandes coleções e com peças repetidas, permitindo identificar o número total de peças na coleção e ter certeza que todos os itens do museu estão inventariados e acondicionados de maneira correta. No caso da coleção numismática, as peças repetidas são um fenômeno comum, com vários exemplares da mesma moeda ou cédula.

As moedas da coleção são marcadas com a aplicação de um verniz (Paraloid B72 diluído em Acetona PA) e a escrita o número de registro usando uma pena e tinta nanquim (figura 7). Já para as cédulas, o processo é feito usando um lápis 2B diretamente na peça (figura 8).



Figura 7: Moeda marcada



Figura 8: Cédula marcada

Após marcadas, o número de registro da peça é inserido em uma tabela Excel e assim se começa o processo de catalogação. Nesta etapa é feita uma descrição de todas as características importantes do objeto como; Coleção (qual das coleções o objeto faz parte); Número de patrimônio (código específico da universidade, presente em alguns itens); Denominação (nome do item); Localização (qual sala, expositor ou caixa está o item); Dados de fabricação (local, data e autor/fabricante); Resumo descritivo (pequena descrição visual da peça); Dimensões (altura, largura e espessura); Material; Histórico; Estado de conservação; Uma foto do objeto e os dados sobre sua aquisição. Essas informações formam a ficha catalográfica da peça.

Após a inserção no excel, que é apenas para o uso interno da equipe do museu, o item passa agora a ser inserido também no repositório digital *Tainacan*. O *Tainacan* permite uma gestão mais *user-friendly* do acervo. A plataforma permite o uso de vários filtros para a localização das peças na coleção, permitindo buscas mais afinadas em propriedades ou informações específicas do item. Além disso, o *Tainacan* também oferece para os museus a opção de abrir para o público o acesso aos itens do museu, trazendo mais possibilidades de acesso à coleção. Outra vantagem do *Tainacan* é que se pode escolher quais metadados (campos de informação da ficha catalográfica) poderão ser acessados pelo público, assim, informações prejudiciais à segurança da instituição ficam visíveis apenas à equipe do museu.

## A PESQUISA NA COLEÇÃO NUMISMÁTICA

Durante a catalogação do acervo é recomendado uma equipe não somente composta por museólogos, mas com profissionais de diferentes áreas, como História e Conservação e Restauro.

A pesquisa realizada durante a catalogação é um dos trabalhos essenciais do historiador no museu, garantindo que os objetos sejam catalogados de maneira correta e que todas as informações possíveis sejam encontradas. Além da pesquisa para a musealização do objeto, o historiador também exerce o papel de inserir o objeto no seu contexto social de produção e de uso e extrair dele informações que possam ser usadas para formar as exposições. As etapas do processo de musealização são os pontos base para manter a vitalidade do museu como uma instituição presente e ativa na sociedade e por isso o trabalho do historiador é importantíssimo nessas instituições, por atuar em duas das suas principais frentes, como dito por Letícia Julião:

“A conservação é imprescindível para prolongar a vida útil do acervo, e a comunicação, entendida como relação homem e objeto, constitui o fim último da ação dos museus, a pesquisa é a função capaz de garantir vitalidade à instituição museológica, regendo praticamente todas as suas atividades. É ela que confere sentido ao acervo, que cria a base de informação para o público, que formula os conceitos e as proposições das exposições e de outras atividades de comunicação no museu.” (JULIÃO , 2006, p 104).

Se entende a pesquisa como o “elo” que une a preservação e a comunicação, sem o exercício da preservação nada haveria para ser exposto, porém, sem a pesquisa, nada de informativo ou interessante haveria para ser comunicado ao público, e sem público não haveria relevância ou impacto do museu na sociedade ao seu redor.

Nas particularidades do acervo numismático ele pode ser uma grande área de atuação do historiador dentro de um museu. Sendo um acervo muito diverso, e volumoso, a numismática é uma área que sempre requer a pesquisa sobre seus objetos, seja ela para fins de catalogação ou exposição. A pesquisa sobre os objetos numismáticos pode ser bastante complexa, vendo que as coleções de numismática podem ser compostas por objetos de várias origens diferentes. Para facilitar a pesquisa foi desenvolvido um “método” (ou conjunto de cinco passos):

1. Primeiro procura-se identificar a origem da moeda a partir da língua ou símbolos que estão presente, esse passo não requer necessariamente o conhecimento da língua presente nas moedas, porém, quanto mais noção das diferentes linguagens, mais fácil é essa parte do processo;
2. No segundo passo a moeda é encontrada nos catálogos especializados e suas informações recolhidas;
3. O terceiro passo é o cruzamento das informações já descritas da moeda, vindas dos termos de doação, e das informações dos catálogos;
4. O quarto passo é a descrição completa do verso e anverso do item e das informações que foram encontradas;
5. E o último e quinto passo é a inserção dessas informações nos campos das fichas catalográficas, buscando descrever o máximo possível de informações sobre a peça.

Para além da pesquisa durante o processo de musealização, o trabalho do historiador é também essencial para repensar os objetos no seu lugar social. Além de pesquisar e relatar as



características simples dos objetos, que são incluídas nos catálogos, é também importante a pesquisa usando os objetos como fontes documentais, para entender seu lugar no passado e abrir novos meios de acessar o modo de vida dos antepassados.

Apesar de pouco usadas em pesquisas historiográficas recentes, as coleções de numismática abrem grandes portas de acesso ao passado. O uso da numismática como objeto de pesquisa já é bastante difundido no campo da história antiga, que sofre uma falta aguda de grandes corpos de fontes documentais. As moedas da antiguidade são usadas principalmente para se estudar as representações e suas iconografias entendendo o papel da moeda como um dos primeiros meios de comunicação em massa, em sociedades onde maioria da população era iletrada a presença de imperadores e eventos na moeda era uma forma de legitimar seu poder (HOWEGO, 1995). Além da história antiga a numismática também pode ser usada para o estudo do período contemporâneo (SORDI, 2020).

Porém, para que seja possível o uso das coleções numismáticas para fins acadêmicos é necessário que elas sejam musealizadas de maneira correta. No caso da numismática é interessante notar o potencial desse acervo para contar a história nacional, de maneira mais palpável como feito sobre a história do Uruguai (SORDI, 2020).

## **ACONDICIONAMENTO**

A última etapa do presente protocolo é o acondicionamento dos objetos incorporados ao acervo do Museu. O acondicionamento em reserva técnica não ocorre somente quando os objetos doados são imediatamente expostos, mas no caso do Museu Gama d'Eça, raramente acontece.

O acondicionamento de objetos que compõem acervos de Museus deve levar em conta:

- a) a natureza e constituição do bem cultural; b) o formato e tamanho do bem cultural; c) o estado de conservação do bem cultural; d) os fatores internos e externos de degradação do bem cultural; e) a qualidade dos materiais de invólucro; f) os sistemas de armazenagem programados (MAST, 1995, p. 17).

Devem ser utilizados materiais neutros, recomendados sob o ponto de vista da conservação preventiva, prolongando a vida útil dos objetos. Atualmente, há uma série de polímeros (materiais plásticos) que podem ser utilizados para o acondicionamento dos mais variados acervos. Jean Tétreault (2011) divide os mesmos em três grupos: os recomendados, os que devem ser utilizados com cautela e os que devem ser evitados.

No caso do acondicionamento das cédulas e moedas, são usados materiais diferentes, devido às especificidades de cada um desses materiais. O acondicionamento das moedas é feito com sacos de polietileno transparentes do tipo ziplock (Figura 9), onde cada exemplar é colocado dentro do saco e armazenado em caixas de polionda.



Figura 9: Moeda acondicionada em um saco do tipo “ziplock”

Além desse método, são vendidos álbuns para moedas que poderiam servir no acondicionamento. Entretanto, a equipe do Museu encontrou dificuldades de descobrir a composição do material plástico utilizado. Somente um fabricante mencionava essa informação, neste caso composto por policloreto de vinila (PVC), que é um dos materiais a serem evitados segundo Tétreault (2011).

Já as cédulas são acondicionadas em envelopes de papel vegetal livre de ácido, feitos de acordo com o seu tamanho (Figura 10) e, posteriormente, armazenados em caixas de polionda.



Figura 10: Cédula acondicionada em envelope de papel vegetal

O acondicionamento correto contribui de forma providencial para a preservação do acervo. As cédulas, por exemplo, quando são colocadas em contato com materiais ácidos (eucatex, MDF e compensados sem revestimento, madeira, etc.) acabam se acidificando rapidamente, ocasionando manchas irreversíveis. Deve-se, portanto, evitar a utilização de madeiras e quaisquer materiais ácidos ou que emitam poluentes prejudiciais ao acervo. Os poluentes provenientes de fontes internas são descritos por BLADES et al. (2000, p. 7 apud PAULA, 2020, p.173) e também podem causar danos irreversíveis aos objetos. Por isso, os materiais para o acondicionamento de acervos devem ser escolhidos com cuidado e seguindo as recomendações da conservação preventiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração do presente protocolo para incorporação de novos itens à coleção de numismática do Museu Gama d'Eça espera-se otimizar os procedimentos no que tange a musealização dos mesmos, de forma a contribuir para uma gestão de acervos eficaz, entendida como:

“[...] o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as colecções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das colecções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo” (LADKIN, 2004).

Sem uma gestão de acervos eficaz, a missão e os objetivos do Museu ficam prejudicados, assim como a comunicação dos objetos. Espera-se com este trabalho, ter contribuído para a definição de procedimentos com embasamento em referências e

experiências práticas no campo da conservação e documentação museológica, de forma a servir para outras instituições que enfrentam situações semelhantes às abordadas neste artigo, em especial, os Museus de pequeno porte, que muitas vezes não dispõem de equipe e profissionais para a realização do trabalho necessário.

No caso do Museu Gama d'Eça, ter um protocolo bem definido mostrou-se importante para a equipe que trabalha com a incorporação das peças à coleção de numismática da instituição, otimizando o tempo de execução dos procedimentos necessários.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. Conservação de Moedas. Brasília, 2005.

BRULON, Bruno . Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Museologia e Patrimônio*, v. 11, p. 189-210. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/37465891/Passagens\\_da\\_Museologia\\_a\\_musealiza%C3%A7%C3%A3o\\_como\\_caminho](https://www.academia.edu/37465891/Passagens_da_Museologia_a_musealiza%C3%A7%C3%A3o_como_caminho). Acesso em: 04 de nov. 2024.

JULIÃO, Leticia. Pesquisa Histórica no Museu. In.: *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2 Edição.

CATO, Paisley S.; WALLER, R. Robert. *Agent of deterioration: dissociation*. Canadian Conservation Institute (CCI). Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration/dissociation.html>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

CORDEIRO, Ana Catarina C. J. L. inventariação, tratamento e acondicionamento da coleção de numismática do Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO). Dissertação de mestrado em Conservação e Restauro de Bens Culturais. Universidade Católica Portuguesa. Porto, Portugal. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/33604>. Acesso: 24/09/2024.

DE PAULA. Bernardo Duque. *Reestruturando uma reserva técnica arqueológica: um projeto para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA/UFSM*. Dissertação de Mestrado. PPGPC/UFSM. Santa Maria. 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24278/DIS\\_PPGPC\\_2020\\_PAULA\\_BERNARDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24278/DIS_PPGPC_2020_PAULA_BERNARDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso: 04 nov. 2024.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury (Tradução e comentários). São Paulo. 2013. Disponível em: [https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF\\_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf](https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: Cadernos de ensaios, n. 2. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe; MARROQUIM, Ricardo. PESQUISAS SOBRE A CONSERVAÇÃO DE OBJETOS METÁLICOS NO MAST: ÁREA ESTRATÉGICA PARA MUSEUS NO BRASIL1. In.: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). ISSN 2177-3688. Disponível em:

[https://www.academia.edu/80852647/Pesquisas\\_Sobre\\_a\\_Conserva%C3%A7%C3%A3o\\_De\\_Objeto\\_Met%C3%A1licos\\_No\\_Museu\\_Nacional\\_Estrat%C3%A9gica\\_Para\\_Museus\\_No\\_Brasil](https://www.academia.edu/80852647/Pesquisas_Sobre_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_De_Objeto_Met%C3%A1licos_No_Museu_Nacional_Estrat%C3%A9gica_Para_Museus_No_Brasil). Acesso: 24/09/2024.

HOWGEGO, C. J. *Ancient History from Coins: Approaching the ancient world*. Edição ilustrada, reimpressão. Londres: Routledge, 1995.

IBRAM. Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. 2013. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha\\_PGRPMB\\_web.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/cartilha_PGRPMB_web.pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

ICOM. Código de Ética do ICOM para Museus. 2009. Disponível em: [https://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo\\_de\\_etica\\_lusofono\\_iii\\_2009.pdf](https://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

ICCROM. Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. IberoMuseus (tradução). 2016. Disponível em: [https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia\\_de\\_gestao\\_de\\_riscos\\_pt.pdf](https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. In: BOYLAN, Patrick (Org.) Como gerir um museu: manual prático. Paris: ICOM, 2004. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/como-gerir-um-museu.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

MAST. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Política de Preservação de Acervos Institucionais. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: [https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/1995/politica\\_de\\_preservacao\\_de\\_acervos\\_institucionais.pdf](https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/1995/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

SORDI, Gabriel Souza. *História da iconografia numismática uruguaia: os paradigmas político-culturais uruguaio em anversos e reversos (1840-2017)*. 2020. 1 recurso online (310 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640036>. Acesso em: 4 out. 2024.

TÉTREAU, Jean. Materiais de construção, materiais de destruição. In.: Conservação: conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p. 139-182.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação Preventiva de Acervos. Coleção Estudos Museológicos Volume 1. Florianópolis, 2012. FCC Edições. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/colecao-estudos-museologicos>. Acesso em: 4 nov. 2024.